

1

**INDIOS DO SUL  
DO BRASIL**

**PRODUÇÃO:** Comissão Organizadora - Semana do Índio  
1987 - FUNAI/SUER - 1a. REGIÃO - Curitiba/PR

**APOIO:** Secretaria de Estado da Educação do Paraná

**TEXTOS DE:** Márcia Rosatto, José João de Oliveira, Carmen  
Lúcia da Silva e Lauro Francisco Mattei

**ORGANIZAÇÃO:** Márcia Rosatto e Ediana Barreto da Silva

**COLABORADORES:** Luis Carlos Lima Barbosa e Chateaubriand  
Nunes Amancio.

Curitiba, abril de 1987.

Í N D I C E:

. INTRODUÇÃO .....	01
. ÍNDIOS E NÃO-ÍNDIOS: UM SISTEMA DE ARTICULAÇÃO SOCIAL .....	02
. A OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUL-BRASILEIRA DURANTE A COLONIZAÇÃO	
- O grupo Guarani .....	05
- O grupo Kaingang .....	07
- O grupo Xokleng .....	10
. A PENETRAÇÃO EM ÁREAS INDÍGENAS A PARTIR DA REPÚBLICA .....	13
. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO .....	15
. ASPECTOS FUNDIÁRIOS E POPULACIONAIS DAS TERRAS INDÍGENAS DA RE GLÃO SUL .....	17
. ATIVIDADES REALIZADAS EM 1986 PELA FUNAI - 1a. SUER - CURITIBA	
- PR .....	20
. ANEXOS:	
- Localidades Indígenas do Estado de São Paulo .....	26
- Localidades Indígenas do Estado do Paraná .....	27
- Localidades Indígenas do Estado de Sta. Catarina .....	28
- Localidades Indígenas do Estado do Rio Grande do Sul .....	29
. BIBLIOGRAFIA .....	30

## ÍNDIOS DO SUL DO BRASIL

### INTRODUÇÃO.

Falar na questão indígena ou falar nos grupos indígenas hoje existentes no território nacional, é falar fundamentalmente da "diversidade" constituída a partir de construções sócio-culturais específicas e do reconhecimento nacional a estes modos de ser social diferenciados. Se estas construções sociais sofreram alterações no processo de convivência com o mundo dos brancos, adquirindo um código linguístico nacional, utilizando os meios dos civilizados para garantia da sobrevivência, nem por isso deixaram de ser índios, nem por isso abriram mão de sua identidade específica; ao contrário, a luta das comunidades indígenas baseia-se no direito de serem reconhecidas legitimamente como diferentes.

É o direito de ver este país não mais reproduzir uma visão de caráter etnocêntrico(1) pautada no modelo cultural da sociedade ocidental.

A discussão da questão indígena hoje é, necessariamente, a discussão do direito ao reconhecimento legítimo da "diversidade", da diferença dos grupos indígenas diante da sociedade ocidental.

Assegurar a sobrevivência dos grupos indígenas, significa assegurar seus direitos como povo culturalmente diferente. Trata-se principalmente da luta pela defesa de um território onde este modo de ser social possa se efetivar. Portanto, a grande questão dos grupos indígenas hoje é a luta pelo direito às suas terras, as riquezas que nelas existem e sobretudo pelo respeito às leis que asseguram os direitos dos índios.

O destino, sobrevivência e perpetuação das sociedades indígenas no Brasil depende do reconhecimento e garantia do direito indígena à terra.

---

(1) Segundo Darcy Ribeiro, visão etnocêntrica é a que "concebe os índios como seres primitivos, dotados de características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis, que cumpre mudar para compeli-los à pronta assimilação dos nossos modos de vida..." Os Índios e a Civilização, Petrópolis, Vozes, 1979:193.

je, o seguinte quadro de ocupação populacional e territorial:

ESTADO	POPULAÇÃO	SUPERFÍCIE (ha)
SÃO PAULO	1.043	8.582 (ha)
PARANÁ	5.913	81.741 (ha)
SANTA CATARINA	3.875	30.098 (ha)
RIO GRANDE DO SUL	8.562	52.550 (ha)

Os dados acima, se tomados relacionalmente, apontam para um aspecto significativo para a análise da relação comunidades indígenas-sociedade nacional: a questão da ocupação da terra.

O discurso que vigora difundido pelo senso comum de que as terras indígenas são por demais extensas para suas comunidades, é representativo da necessidade do reconhecimento e garantia dos direitos dos povos indígenas enquanto grupos, cuja organização sócio-econômica existe e se dinamiza a partir de uma lógica própria, definindo uma relação com o território cujas formas de ocupação diferem do modelo produtivo da sociedade ocidental.

No caso brasileiro, a luta em defesa do direito indígena à terra torna-se cada vez mais árdua e decorrente do avanço da produção capitalista sobre novas fronteiras que também são o território tradicional das sociedades indígenas.

No âmbito do processo de incorporação de novas fronteiras econômicas pelo modo de produção capitalista, as sociedades indígenas são surpreendidas, incompreendidas, desrespeitadas e, sob a ótica do modo de pensar capitalista, que em última instância elabora conceitos estereotipados sobre o índio e sua forma de apreensão e domesticação da natureza e de seus recursos naturais, procura-se descaracterizar a legitimidade do direito indígena à terra. Noutras palavras, o cidadão comum que normalmente tem a terra como um meio de produção, isto é, um bem com capacidade de produzir riquezas, dificilmente compreenderá e aceitará que as sociedades indígenas possam relacionar-se com a terra de outra maneira, ou seja, como um meio determinante da existência dos seus membros ao qual prende-se a tradição e cultura indígena, e sem o qual os índios perecem ante a sociedade brasileira envolvente. Sem dúvida alguma, a preservação dos direitos indígenas à terra e a manutenção das terras dos índios são pontos cruciais que exigem concentração de forças, pois, garantindo-se as terras dos índios garante-se também que nosso país apresente-se tal como é: pluriétnico e

A OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUL-BRASILEIRA DURANTE A COLONIZAÇÃO.

## O GRUPO GUARANI

Os Guarani são filiados ao tronco linguístico tupi-guarani. Durante a colonização ibérica do novo continente, habitavam as terras litorâneas do sul do Brasil, ocupando a porção do litoral compreendida entre Cananéia e o Rio Grande do Sul, o Estuário do Prata, as margens do Rio Paraná, e o atual Território do Paraguai.

Organizavam-se em diversos subgrupos com denominações diferentes:

Os habitantes do litoral foram denominados Carijós ou Carió, os que viviam no nordeste do território paraguaio eram chamados de Caingua e os dispersos pelas margens do Rio Paraná e Iguaçu foram conhecidos como Guayana.

Atualmente os Guarani que vivem no Brasil meridional estão subdivididos em três subgrupos: os Nandeva, os M'byá e os Kayová.

A história do contato dos Guarani é marcada pela violência da colonização ibérica. Aos milhares foram mortos pelos combates, epidemias, muitos foram escravizados, tanto pelos espanhóis como pelos portugueses e obrigados à miscigenação racial; os que sobreviveram ao impacto destrutivo das Entradas e Bandeiras, tiveram que se internar nas matas para resistirem a violência.

Como parte do projeto de colonização, a presença missionária dos padres da Companhia de Jesus, vai inaugurar um novo tipo de relações entre colonizadores e Guarani, modificando a ordem da conquista.

Engendrada pelo etnocentrismo e subserviência às elites colonizadoras, a obra jesuítica desdobra-se a partir do inconformismo com a espoliação sofrida pelos índios, buscando formas de libertá-los da dominação colonizadora. Surgem assim, as famosas reduções jesuítas, que vão representar importantes formas de resistência a subjugação espanhola.

Entretanto, a coroa portuguesa não tardaria em empreender a expansão territorial de seus domínios.

A ação colonial portuguesa busca, através das Entradas e Bandeiras, ampliar os limites territoriais do Brasil Colonial e realizar a captura de índios para o trabalho escravo nas fazendas e vilas de São Paulo.

Desse modo, o território missioneiro passa a sofrer as constantes investidas portuguesas, de tal forma, que inúmeras reduções foram destruídas e escravizados mais de trinta mil índios, além de te

ta Catarina e Rio Grande do Sul.

### O GRUPO KAINGANG.

Segundo registro de alguns autores, os Kaingang encontram-se espalhados pelo norte do Rio Grande do Sul, pelos campos de Palmas e Guarapuava, sertões do Rio Tibagi e Ivaí no Paraná e em áreas correspondentes no atual estado de São Paulo.(1).

As áreas ocupadas pelos Kaingang, comumente denominados Coroados, não foram claramente delimitadas pelos cronistas. Os Kaingang filiam-se ao tronco linguístico Macro-Jê e tem nos Guaianã (Jê meridional) seus ancestrais diretos.

" ... A denominação de Guaianã se estendia a várias tribos de índios cujos costumes e língua se diferenciavam dos Guarani... bastante numerosos, esses índios viviam nas bandas do Rio Paraná até perto do Rio Uruguai, estendendo-se pelos Rios Iguacú, Santo Antonio e outros."(2).

O avanço da economia pecuária no século XVIII determina a necessidade da ocupação efetiva dos territórios ainda não colonizados, levando novamente as coroas espanholas e portuguesas a disputar as terras da região platina. A necessidade de regular a empresa colonizadora, leva Portugal e Espanha à assinatura de vários acordos e tratados, visando solucionar os conflitos inerentes a conquista.

Assim, são definidos uma série de tratados como o de Madrid (1750) e o Santo Idelfonso (1797) estipulando os limites entre as possessões espanholas e portuguesas, no entanto uma série de invasões recíprocas acabam por violar esses Tratados.

No sentido de garantir o território conquistado pelos Bandeirantes, o Governo português organiza na colônia diversas expedições com o objetivo de fixar os limites e reforçar as fronteiras.

Essas expedições partem do litoral em direção ao Rio Paraná, defrontando-se novamente com índios, habitantes dessas regiões, desta vez os coroados.

(1) Pires, Maria Ligia Moura - "Guarani e Kaingang do Paraná: um estudo de Relações intertribais, UNB (1975:28)

(2) Gay (1863:55), Extraída de Becker, Ítala I. Basile - "O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul", Pesquisas, n.º 29, 1976 - Instituto Anchieta de Pesquisas. RS. (1976:13)

Politicamente, a autoridade Kaingang era exercida por chefe de relativo poder. O filho de um chefe sucedia o seu pai desde que houvesse aceitação do grupo.

Os registros históricos mencionam a existência de uma autoridade superior, um cacique ou chefe principal de quem dependiam todos os chefes tribais, e a quem prestavam cega obediência.

Os chefes tradicionalmente, sempre são os líderes de qualquer empreendimento coletivo.

Os Kaingang, antes do contato tinham como principal atividade econômica a agricultura, tendo em função disso um grau de sedentarismo maior que os Guarani, além das atividades de caça e coleta.

A caça e a coleta se caracterizavam enquanto atividades complementares.

O principal produto de coleta era o pinhão de araucária, de grande importância alimentar para os Kaingang, a caça envolvia diversos animais e era desenvolvida segundo normas rituais.

O nomadismo do grupo, a sua dependência total da caça e coleta, faziam com que este dominasse um grande território.

A vida dos Xockleng foi drasticamente modificada quando da marcha da civilização do sul brasileiro, onde os mesmos tiveram reduzidas sua área de perambulação. Conforme Santos(3): " A abertura da estrada de tropas, ligando Rio Grande a São Paulo(1728), o surgimento de Lages(1771) e o aparecimento de fazendas de criação nos campos de Lages, Curitibanos, Curitiba e Guarapuava, praticamente vieram impedir que os Xockleng continuassem a fazer suas incursões de coletas nos ricos pinhais, que se adensavam ao entremeio dos campos. Logo a seguir, na primeira metade do século passado, intensificou-se a colonização européia no Rio Grande e em torno de Curitiba. Foi este movimento populacional que empurrou os Xockleng definitivamente para dentro dos atuais limites do Estado de Santa Catarina.

Em consequência disso, os Xockleng passam por uma nova fase que é a de adaptação ao novo habitat, visto que os mesmos foram empurrados para a borba do planalto e daí para a floresta subtropical, uma vez que a floresta-nata da araucária estava nas mãos de forasteiro. A partir de então, as terras do sul começaram a ser exploradas, a imigração é estimulada e rapidamente vários núcleos começam a surgir nas florestas, e o território dos Xockleng deixa de existir.

Em 1914, às margens do córrego Platê, afluente da margem esquerda do Rio Hercílio, inicia-se a pacificação dos Xockleng pelo SPI(Serviço de Proteção ao Índio). Neste local foi levantada a Sede do Posto Indígena que recebeu o nome de Duque de Caxias, no município de Ibirama, em Santa Catarina. A partir de então, os mesmos passam do estágio de semi-nomadismo para sedentários, de caçadores e coletadores transformaram-se em agricultores. O conceito dos regionais com relação aos indígenas não mudou muito, e os mesmos continuam sendo vistos como Bugres.

Atualmente, os Xockleng são um grupo classificado como integrados, cujos remanescentes habitam no Posto Indígena Duque de Caxias, hoje denominado Posto Indígena Ibirama, no município de Ibirama, Santa Catarina. Ali também vivem, além do grupo Xockleng, membros das etnias Guarani e Kaingang.

---

(3) Santos, Sílvio Coelho dos, Índios e Brancos no Sul do Brasil, 1973. Edeme, Florianópolis-SC, (32-33).

### A PENETRAÇÃO EM ÁREAS INDÍGENAS A PARTIR DA REPÚBLICA.

A partir da República a expansão da fronteira econômica i nicia-se permeada por diferentes motivos de ordem política, científica e notadamente econômica. As expedições se sucederam pelos sertões af ra, tendo como pano de fundo a própria constituição da República que visava levar adiante uma política de integração do território nacio nal. As bases políticas da ocupação territorial foram lançadas em fun ção da descentralização geo-política do poder, pela federalização do país, nos termos estabelecidos na Constituição de 1891, na medida em que dividia o país em estados com autonomia relativa em relação ao go verno central.

A descentralização do poder facilitou a penetração no ser tão, pois, o controle dos fluxos migratórios foi paulatinamente se par ticularizando em empresas com interesses localizados. Quem inicia ou melhor, representa o início desta política foi o convênio de Taubaté, que estabelece um aumento de recursos para o cultivo do café necessi tando estabelecer novas áreas de plantio. Os sertões do centro- oeste do estado de São Paulo e norte do Paraná apresentavam-se propícios pa ra a realização de tal empreendimento.

A expansão territorial incentivada pela oligarquia cafeei ra inexoravelmente avançaria o sertão causando uma invasão de territó rios já ocupados por grupos indígenas.

Anteriormente esse território já havia sido alvo de incur sões motivadas pelo garimpo e captura, notadamente no período colo nial, que foram os responsáveis primeiros pelo afastamento do índio pa ra o interior.

Ainda durante o Império, existia no estado de São Paulo uma malha ferroviária, em áreas produtoras de café, que atendia a in teresses particulares de micro-regiões ou simplesmente de algum gran de fazendeiro, não estando de forma alguma integrada a um tronco ferro viário, que só veio a existir a partir da política integracionista da Nova República. Nesta época, a mão-de-obra escrava era liberada para a tuar na economia de mercado, sentia-se a necessidade de objetivar o principal motivo para o intento de ampliação destes mercados.

A ampliação pressupunha o avanço sobre o espaço físico dos territórios indígenas e o contingente humano destinado a ocupar tal es paço coube aos fluxos de imigrantes europeus que migravam rumo ao oes te, estabelecendo-se em núcleos de colonização instalados ao longo das

rias frentes de trabalho. Para exemplificar rapidamente citamos o massacre dos Xockleng no Paraná e dos Kaingang ou Coroados em São Paulo (Stauffer, cap-I pag.86) foi quando então surgiram opiniões distintas em relação à questão indígena: de um lado alguns intelectuais posicionavam-se a favor da proteção aos índios; de outro postulava-se o extermínio.

A reação pró-indígena, desencadeada por alguns setores da intelectualidade brasileira, traz a tona uma discussão há muito latente, agora colocada na base da incipiente "Questão Indígena": como denunciar os verdadeiros agentes responsáveis pelo extermínio das populações indígenas, na medida em que denunciar os colonizadores ou os interesses políticos e principalmente econômicos presentes no avanço das fronteiras (verdadeiros responsáveis pelo tratamento cruel imprimido aos indígenas), significava falar contra o progresso amplamente desejado e preconizado por todos os setores da vida nacional.

É nesse contexto, referendados pela filosofia positivista, que os representantes das elites nacionais lançam as bases teóricas orientativas da atuação política com relação à questão indígena: caberia ao homem civilizado a proteção das comunidades "Fetichistas", assegurando-lhes o progresso interno de evolução ainda que tais comunidades permaneçam em isolamento, pois, o caminho natural da humanidade, de todos os povos está traçado rumo à sociedade industrial, o estágio positivo da humanidade.

*de frente ao paradiiso  
de proteção a povos primitivos*

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO - S.P.I.

Em consequência da ampla discussão iniciada em 1908 em torno da Questão Indígena, criou-se em 1910 o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (S.P.I.). Este órgão pertencia ao Ministério da Agricultura chefiado por Rodolfo Miranda no Governo Nilo Peçanha.

A criação do S.P.I. representou uma ameaça àqueles que temiam a tendência a um Governo centralizado, por ter este órgão responsabilidades apenas perante o Governo Federal. Cria-se no S.P.I. uma ameaça à continuação das vendas altamente lucrativas de terras ocupadas pelos índios e da exploração do trabalho indígena. É colocado em dúvida se selvagens primitivos poderiam ser melhor atendidos por funcionários públicos do que por religiosos.

Rodolfo Miranda nomeou Rondon para organizar e dirigir o novo organismo. Em sua carta conceito, o Ministério escrevia: "A espontaneidade de escolha de vosso nome para fomentar e dirigir a cate

ASPECTOS FUNDIÁRIOS E POPULACIONAIS DAS TERRAS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL.

Os Kaingang, Guarani e Xockleng somam hoje uma população a proximada de 20.000 índios vivendo nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 40 áreas reservadas, assistidos pela 1ª Superintendência Executiva Regional (SUER) sediada em Curitiba/PR, através das suas cinco (05) Unidades Administrativas Regionais localizadas nas principais cidades dos estados abrangidos pela SUER-1ª Região e dos 31 Postos Indígenas, que constituem o "Locus" imediato da ação assistencial.

A tabela a seguir localiza os grupos indígenas segundo a etnia, população e área ocupada por postos indígena.

**SÃO PAULO - ADM. REGIONAL DE BAURU.**

POSTO INDÍGENA	ETNIA	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	LOCALIZAÇÃO
ARARIBÁ	TERENA/GUARANI	350	DEMARCADA	IVAÍ
VANUIRE	KAINGANG	170	DELIMITADA	TUPÃ
ICATU	TERENA/GUARANI	85	DELIMITADA	BRAUNA
PERUÍBE	TERENA/GUARANI	100	DELIMITADA	PERUÍBE
R. SILVEIRA	GUARANI	76	DEMARCADA	SÃO SEBASTIÃO

**ÁREA INDÍGENA DO LITORAL PAULISTA.**

ÁREA INDÍGENA	ETNIA	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	LOCALIZAÇÃO
BARRAGEM	GUARANI	131	26	DEMARCADA	PARELHEIROS
RIO BRANCO	GUARANI	40	2856	DEMARCADA	ITANHAEN
JARAGUÁ	GUARANI	004	1	DEMARCADA	SÃO PAULO
M'BOI MIRIM	GUARANI	17	17	DEMARCADA	SÃO PAULO
CRUCUTU	GUARANI	24	25	DEMARCADA	PARELHEIROS
ITARIRI	GUARANI	31	1212	DEMARCADA	ITARIRI
BOA VISTA DO SERTÃO DO PRO MIRIM	GUARANI	46	460	DEMARCADA	UBATUBA

## SANTA CATARINA- ADM. REGIONAL DE CHAPECÓ

POSTO INDÍGENA	ETNIA	POPU LAÇÃO	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	LOCALIZAÇÃO
XAPECÓ	KAINGANG/GUARANI	2510	15183	DEMARCADA	XANXERÊ
IBIRAMA	KAINGANG/GUARANI	1400	14528	Em DEMARCAÇÃO	IBIRAMA
CHIMBANGUE	KAINGANG	105	912	Em DEMARCAÇÃO	XAPECÓ
PALMAS	KAINGANG	418	2994	DEMARCADA*	ABELARDO LUZ/PALMAS
NONOAI	KAINGANG/GUARANI	1587	14910	DELIMITADA	NONOAI

\* os índios estão reivindicando aproximadamente 372ha

## RIO GRANDE DO SUL- ADM. PASSO FUNDO

POSTO INDÍGENA	ETNIA	POPU LAÇÃO	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	LOCALIZAÇÃO
CARRETEIRO	KAINGANG	171	601	DEMARCADA	TAPEJARÁ
LIGEIRO	KAINGANG	910	4552	DEMARCADA	TAPEJARÁ
CACIQUE DOBLE	KAINGANG	418	4508	DEMARCADA	CACIQUE DOBLE
RIO DA VÁRZEA	KAINGANG	161	169	IDENTIFICADA	LIBERATO SALZANO
INHACORÁ	KAINGANG	444	2810	DEMARCADA *	SANTO AUGUSTO
VOTOURO	KAINGANG/GUARANI	745	1865	DEMARCADA	SÃO VALENTIM
IRAÍ	KAINGANG/GUARANI	99	02	IDENTIFICADA	IRAÍ
GUARITA	KAINGANG/GUARANI	2047	23183	Em DEMATCAÇÃO	TEN.PORTELA
SÃO JOÃO IRAPUÁ	KAINGANG/GUARANI	1863			TEN.PORTELA

\* 1820 ha demarcados, 990 reinvidicados pelos os índio.

OBS: Não estão incluídas as Áreas Indígenas de: Camacuã, Guarani e Tapes.

A FUNAI, para cumprir a legislação vigente mantém escolas nas áreas indígenas onde é ministrado o ensino de 1ª. a 4ª. séries do 1º grau a todas as crianças em idade escolar. Algumas escolas são mantidas com a cooperação da Secretaria de Educação dos Estados e outras entidades ligadas à causa indígena. Essa cooperação visa atender as necessidades imediatas de cada escola, tais como: material e merenda escolar, lotação de professores, monitores bilingües e merendeiras indispensáveis ao desenvolvimento das atividades educacionais em cada posto indígena.

Em alguns municípios as Secretarias Municipais de Ensino também contribuem para que os índios possam receber uma formação escolar em igualdade com a sociedade nacional.

Ainda de acordo com a legislação em vigor, a FUNAI oferece a oportunidade aos índios que concluem a 4ª. série do 1º grau de continuarem os estudos em escolas localizadas próximas à área indígena, procurando não afastá-los do convívio familiar ou tribal.

A FUNAI mantém convênio com a COAGRI - Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, com o objetivo de oferecer uma formação profissionalizante, técnica de agropecuária de nível médio, para os índios aplicarem em suas comunidades.

#### ÁREA DE SAÚDE:

O estado geral de saúde dos grupos que habitam o sul do Brasil vem melhorando significativamente ano a ano. A esperança de vida está em torno dos 65 anos, o coeficiente de mortalidade infantil 60 e a taxa anual de crescimento acima de 3.

Com vistas a uma maior eficiência no atendimento procura-se desenvolver a assistência em todos os níveis.

Prevenção primária: é realizada através de medidas de ordem geral: moradia, alimentação, saneamento básico, educação sanitária.

Proteção específica: vacinação, controle de agrotóxicos, controle de zoonoses, etc.

Prevenção secundária: diagnóstico precoce, tratamento, inquéritos epidemiológicos e outras.

Prevenção terciária: reabilitação (impedir a incapacidade parcial ou total).

**ÁREA DE AGROPECUÁRIA: (atividades produtivas)**

Neste Setor a FUNAI mantém técnicos em todas as áreas indígenas que dão orientação e assistência técnica às comunidades para desenvolver atividades que visam a autosuficiência de alimentos e o desenvolvimento das mesmas.

No ano de 1986, nas 37 áreas que estão jurisdicionadas à Primeira SUER, foram realizadas as seguintes atividades:

- Plantio de 5.490 ha de lavoura de milho
- Plantio de 993 ha de lavoura de feijão
- Plantio de 348 ha de lavoura de arroz
- Plantio de 363 ha de lavoura de soja
- Plantio de 56 ha de lavoura de amendoim
- Plantio de 15 ha de lavoura de mandioca
- Plantio de 842 ha de lavoura de trigo

Estas lavouras são realizadas pela comunidade com apoio da FUNAI, de forma individual e coletiva. Parte da produção a ser obtida será destinada ao consumo das comunidades e o excedente será comercializado pelos mesmos.

Além disto foram realizadas atividades de implantação e manutenção de pomares frutíferos, bem como povoamento de açudes em algumas áreas.

Também iniciou-se trabalhos no sentido de implementar a bovinocultura de leite em várias áreas, visando atender principalmente a população infantil e em idade escolar.

Estas atividades têm como função primordial auxiliar na dieta alimentar das comunidades, propiciando formas de autosuficiência e desenvolvimento.

**ÁREA SOCIAL:**

Os técnicos desta área realizam atividades de acompanhamento geral dos trabalhos desenvolvidos pela Divisão de acordo com sua competência profissional.

No ano de 1986 foram realizadas as seguintes atividades:

- Licitação para demarcação das terras indígenas de Barão de Antonina e São Jerônimo da Serra (PR), área de Ivaí no Município de Manoel Ribas (PR), área de Xapacô no Município de Ibirama (SC), área de Cacique Doble no Município de Cacique Doble (RS) e área de Guarita no Município de Tenente Portela (RS);

- Demarcação da área indígena Toldo Chimbanguê, no Município de Chapecô (SC), através do INCRA daquele Estado;

- Identificação das terras indígenas da Ilha da Cotíngia no Município de Paranaguá (PR) e do Toldo Imbu no Município de Abelardo Luz (SC);

- Aviventação das divisas da área indígena Ocoí no Município de São Miguel do Iguaçú (PR).

Para o ano de 1987 estão previstas as seguintes atividades:

- Demarcar as áreas indígenas de: Icatu e Vanuire no Estado de São Paulo, Carreteiro, Ligeiro, Nonoai e Votouro no Estado do Rio Grande do Sul e Faxinal, Laranjinha e Queimadas no Estado do Paraná.

#### 4. SETOR ADMINISTRATIVO (SDM)

Ao Setor Administrativo cabe coordenar, controlar e executar as atividades ligadas às áreas de Pessoal, Material e Patrimônio, Finanças e Contabilidade e, Telecomunicações. Atua como apoio indireto à assistência ao Índio, complementando o trabalho efetuado nas áreas de apoio direto; também orienta e administra trabalhos burocráticos nas Administrações Regionais que conseqüentemente estende-se aos Postos Indígenas.

# LOCALIDADES INDÍGENAS DO ESTADO DO PARANÁ



# LOCALIDADES INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

